

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai promover uma audiência pública na próxima terça-feira (19), às 14h, para debater os reajustes praticados pelos planos de saúde. A audiência atende a requerimento dos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Humberto Costa (PT-PE) e Regina Sousa (PT-PI), que consideram os reajustes abusivos.

Segundo Randolfe Rodrigues, em alguns casos houve reajuste de mais de 46% nos contratos de plano de saúde, mais de 20 vezes a inflação registrada no mesmo período. O senador acusa as operadoras de planos de saúde de quererem lucrar com reajustes abusivos em um período de crise econômica, aumento do desemprego e redução do poder de compra das famílias. Randolfe lamenta que esses reajustes estejam sendo “acobertados pelo governo” e chega a classificá-los como “um assalto contra milhões de famílias”.

Para a audiência, foram convidados representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), da Secretaria Nacional do Consumidor, da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge) e da Federação Nacional de Saúde Suplementar.

A União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde, a SulAmérica Companhia de Seguro Saúde, a Amil Assistência Médica Internacional, a Geap Autogestão em Saúde e a Unimed do Brasil também devem enviar representantes para a audiência.

Instrução

A audiência também servirá para a instrução dos projetos que vedam a suspensão ou a rescisão unilateral do contrato do plano de saúde, salvo por fraude ou não-pagamento da mensalidade por período superior a 60 dias consecutivos ([PLS 433/2011](#), em conjunto com o [PLS 463/2013](#) e [PLS 507/2013](#)).

Outro projeto em debate é o que determina que os reajustes dos planos de saúde coletivos, individuais ou familiares também dependam de prévia autorização da ANS, dentro do índice máximo de reajuste estabelecido pela própria agência ([PLS 100/2015](#)).

A audiência será realizada na sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa e terá caráter interativo. Perguntas, críticas e sugestões poderão ser enviadas pelo portal e-Cidadania ou pelo sistema Alô Senado (0800 61 2211).

Fonte: Agência Senado, em 15.09.2017